

CENTRAL SOLAR PEREIRA BARRETO III S.A.

CNPJME nº 31.469.563/0001-57

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)				
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	
<b>ATIVO</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalente de caixa	7	3.832	10.555	
Concessionárias	8	2.111	6.394	
Impostos a compensar	9	1.104	1.166	
Estoque material de manutenção	11	2.762	796	
Adiantamento a fornecedores	12	-	2.015	
Despesas antecipadas	13	81	-	
<b>Total</b>		<b>9.889</b>	<b>20.926</b>	
<b>Não circulante</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	9	
Partes relacionadas	10	44.737	44.658	
Adiantamento a fornecedores	12	-	1.043	
Imobilizado	14	155.334	158.126	
Intangível	15	13	-	
		<b>200.084</b>	<b>203.836</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>209.973</b>	<b>224.762</b>	

Notas explicativas das demonstrações financeiras

A Central Solar Pereira Barreto III ("Companhia" ou "PB III"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Solar Pereira Barreto III, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e foro na Rodovia SP 563, Sentido Pereira Barreto a Usina Três Irmãos, na cidade de Pereira Barreto, estado de São Paulo. 1.1 **Autorização do Parque Solar Pereira Barreto III:** Em 06 de maio de 2019 o Parque Solar foi autorizado pela ANEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 05 de maio de 2054. A Companhia em 2019 vendeu 10 MW médio de energia no Mercado Livre, por meio do projeto de geração solar. Pereira Barreto III, localizado no estado de São Paulo, região sudeste do Brasil. O contrato de venda da energia no Mercado Livre se deu pelo prazo de 15 anos. Conforme despacho ANEL nº 3.250 o Parque Solar Pereira Barreto III iniciou sua operação comercial em 14 de outubro de 2021.

**Empresa Central Solar Pereira Barreto III**  
Usinas Central Solar Pereira Barreto III  
Modalidade Produtor Independente  
Outorga Autorização  
Estado SP  
Capacidade instalada (MW) 41,90  
Data do início da operação 2018  
Autorização / Registro Início 06/05/2019  
Término 05/05/2054

2. **BASE DE PREPARAÇÃO**  
2.1 **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo Comitê de Normas Contábeis do IASB. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 21 de agosto de 2023. 2.2 **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota nº 23 de Instrumentos Financeiros. As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. Classificação da mensuração do valor justo nas categorias



continuação

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica solar para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido à existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento. A provisão para desmantelamento do Central Solar Pereira Barreto III está registrada em contrapartida ao Imobilizado (nota explicativa nº 12). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Solar. As provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras. A Companhia revisa suas premissas para a provisão de desmantelamento periodicamente. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques solares foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque solar com atualização pelo IGP-M, e, posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 11,23% a.a.

18. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Outras contas a pagar	53	6.005	6.058	-	5.226	5.226
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>53</b>	<b>6.005</b>	<b>6.058</b>	<b>-</b>	<b>5.226</b>	<b>5.226</b>

A Companhia avaliou os contratos de arrendamento de terrenos do parque solar, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo, em que o arrendador tem direito a uma remuneração fixa, no período de construção do parque solar, a Administração da Companhia autorizou os inícios das construções para o 2º semestre de 2020, a Companhia realizou o registro do montante em dezembro de 2020.

Arrendamentos		
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>5.226</b>	
Adições	870	-
AVP	623	-
Pagamentos	(661)	-
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>6.058</b>	

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia, a taxa obtida foi de 10,24% a.a. para terrenos.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social:

O Capital social em 31 de dezembro de 2022 totalmente integralizado é de R\$ 34.747 (R\$ 34.747 em 31 de dezembro de 2021). O capital social é composto de 34.688 ações (mil) ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Nº de títulos	%	Nº de títulos	%
Acionistas				
EDP Renováveis S.A.	34.747	100%	34.688	100%
	<b>34.747</b>	<b>100%</b>	<b>34.688</b>	<b>100%</b>

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. **19.2 Destinação do lucro:** Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou reserva de lucros de R\$ 5.502 (R\$ 5.509 em 31 de dezembro de 2021).

20. RECEITAS OPERACIONAIS

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receita operacional bruta</b>		
Energia comercializada no mercado de curto prazo (a)	16.969	11.302
	<b>16.969</b>	<b>11.302</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>		
PIS / COFINS	(619)	(413)
	<b>(619)</b>	<b>(413)</b>
	<b>16.349</b>	<b>10.890</b>

MWh comercializado (não auditado)

	90	58
--	----	----

(a) A operação comercial da usina iniciou em outubro de 2021, porém no período de julho a setembro de 2021 foi dada o início da operação em teste junto à Câmara de Comercialização de Energia - CCCE, operação essa que é liquidada no mercado de curto prazo, ao qual a tarifa não está atrelada ao PPA (R\$189,00) e sim ao preço de liquidação de diferenças (R\$-500).

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Não gerenciáveis</b>		
Encargos de uso da rede elétrica (a)	(2.819)	-
	<b>(2.819)</b>	<b>-</b>
<b>Gerenciáveis</b>		
Depreciação e amortização (b)	(4.264)	(1.046)
Materiais e serviços	(2.849)	(308)
Compartilhamento de custo	(834)	(477)
Outras despesas (c)	(3.645)	(124)
Arrendamentos	(303)	-
Seguros	(271)	-
	<b>(12.166)</b>	<b>(1.955)</b>
<b>Despesas Gerais e administrativas</b>		
Serviços de terceiros	(120)	(32)
Doações	(28)	(24)
Outras despesas	(78)	(42)
	<b>(226)</b>	<b>(98)</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Materiais de uso e consumo	(30)	-
Perda no imobilizado	(30)	(147)
	<b>(15.241)</b>	<b>(2.200)</b>

(a) O parque solar entrou em operação em outubro de 2021, no entanto a cobrança de encargos do setor teve seu início a partir de janeiro de 2022. (b) Em 2021 foi considerado o custo referente aos meses que parque operou (outubro a dezembro de 2021), a partir de 2022 o parque iniciou sua operação total, portanto os custos apresentados são referentes aos 12 meses. (c) Refere-se a provisão de perda do empréstimo feito a fornecedores, conforme detalhado na nota explicativa nº 11.

Aos Administradores e Acionistas

Central Solar Pereira Barreto III S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Pereira Barreto III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Solar Pereira Barreto III S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

22. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Despesas financeiras</b>		
Ajuste a valor presente	(49)	-
Atualização financeira	(623)	(109)
Despesas com garantias bancárias	(93)	(138)
Outras despesas financeiras	(9)	-
	<b>(774)</b>	<b>(246)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros recebidos	80	113
Receita de variação cambial	58	22
Renda de aplicação financeira	85	-
	<b>223</b>	<b>135</b>
	<b>(551)</b>	<b>(112)</b>

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	16.969	16.969	11.302	11.302
Alíquota aplicada sobre receita bruta	8%	12%	8%	12%
	1.357	2.036	904	1.356
Receitas financeiras	165	165	113	113
Base de cálculo	1.522	2.201	1.017	1.469
Alíquotas vigentes	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito (débito) de impostos de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(381)	(198)	(254)	(132)
Ajuste decorrente do adicional do IR	24	-	-	-
Resultado de IRPJ e CSLL	(357)	(198)	(248)	(132)
Alíquota efetiva	2.10%	1.17%	2.20%	1.17%
Imposto corrente	(357)	(198)	(248)	(132)
Imposto diferido	-	-	-	-

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais:

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. **24.1 Classificação dos instrumentos financeiros:** As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	Custo amortizado	Nível 1	3.832	10.555
Concessionárias	8	Custo amortizado	Nível 1	2.111	6.394
Adiantamento a fornecedores		Custo amortizado	Nível 1	-	2.015
Despesas antecipadas		Custo amortizado	Nível 1	81	-
<b>Não circulante</b>					
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 1	44.737	44.658
Adiantamento a fornecedores		Custo amortizado	Nível 1	-	1.043
<b>Total ativo</b>				<b>50.761</b>	<b>64.665</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	13	Custo amortizado	Nível 1	16.347	14.631
Outras contas a pagar	15	Custo amortizado	Nível 2	53	-
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 1	-	1.836
<b>Não circulante</b>					
Outras contas a pagar	15	Custo amortizado	Nível 2	6.005	5.226
Partes relacionadas	10	Custo amortizado	Nível 2	146.417	161.330
Provisões	14	Custo amortizado	Nível 2	239	436
<b>Total passivo</b>				<b>169.061</b>	<b>183.459</b>

**Mensuração a valor justo:** A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros: (i) Nível 1. Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (ii) Nível 2. Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, incluídos na seguinte nota explicativa; (iii) Nível 3. Para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado. **24.2 Risco de mercado:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados. **24.3 Risco de liquidez:** O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica de "Provisão para desmantelamento" estão considerados os fluxos de caixa projetado. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião

25. COMPROMISSOS CONTRATUAIS E SEGUROS

25.1 Compromissos contratuais:

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não tem compromissos de compra que não estejam registrados nas demonstrações financeiras **25.2 Obrigação de compra:** As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra dos equipamentos de geração de energia solar e para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total
Obrigações de compras	5.172	464	-	-	5.636
<b>Total</b>	<b>5.172</b>	<b>464</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.636</b>

**25.3 Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado:** A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no mercado livre. Tais contratos possuem prazo de vigência de 1º de janeiro 2022 a 31 de dezembro 2036.

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, não sendo objeto de o trabalho dos nossos auditores independentes avaliar a suficiência dessas coberturas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava a seguinte principal apólice de seguro contratada com terceiros:

Descrição	Ramos da apólice	Limite Máximo de Indenização
Ativo imobilizado	Riscos operacionais	188
Responsabilidade civil	General	56

27. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não possui causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável. Riscos cuja probabilidade de perda é considerada possível são os descritos a seguir: **27.1 Administrativo:** Em 31 de dezembro de 2022, a ação versa sobre a cobrança de Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, objetivando a cobranças alfandegarias, cujo prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível e, portanto, não foi constituída provisão contábil.

Natureza da ação	Ações	Valor atualizado
Administrativo	1	575
Administrativo	1	15.051
	<b>2</b>	<b>15.626</b>

28. MEIO AMBIENTE

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação. Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 7 (R\$ 532 em 31 de dezembro de 2021), sendo registrado no resultado do imobilizado.

Diretoria	
Luis Fernando Mendonça de Barros Filho - Diretor	
Alfredo Antônio Tessari Neto - Contador CRC: 1SP176534/O-5	

sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2023

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia

Contador

CRC 1BA029904/O-5

